

Município de Pombal

DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos]

1. Olinda Monteiro Mota Rodrigues, casada, portadora do Cartão de Cidadão com o número de identificação civil 10828429, válido até 09-07-2020 emitido pela República Portuguesa, NIF 209382902 com domicílio profissional na Rua Tomás da Fonseca, Torre A, Lisboa, na qualidade de Procuradora de Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A., Pessoa colectiva nº 500697370, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, NIPC/MCR Lisboa, com o capital social de € 516.750.000,00, com poderes para o ato, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do caderno a celebrar na sequência do procedimento para **“Aquisição de Combustíveis a Granel – Processo nº 014/AJD/SA/16 -ao abrigo do Acordo Quadro ANCP, Lote 6 – Fornecimento de combustíveis Rodoviários a granel para Portugal Continental”**, declara sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado no Caderno de Encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas. _____

2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo: _____

- **Procuração;** _____

- **Proposta comercial;** _____

- **Anexo II;** _____

- **Tabela de preços;** _____

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à Execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável; _____

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que: _____

a) Não se encontra em estado de insolvência, declarada por sentença judicial, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeitas a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, ou tenham o respectivo processo pendente; _____

b) Os titulares dos seus órgãos sociais de administração, não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional; _____

c) Os titulares dos seus órgãos sociais de administração, não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional; _____

d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal; _____

e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal; _____

f) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do art. 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71º da Lei nº 19/2012, de 8 maio e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória; _____

g) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho; _____

h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal; _____

i) Os titulares dos seus órgãos sociais de administração, não foram condenados por alguns dos seguintes crimes: _____

- i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho; _____
- ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Acto do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho; _____
- iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias; _____
- iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Directiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais; _____
- j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência. _____

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal. _____

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo ii do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento Candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Lisboa, 12 de Abril de 2016

Petróleos de Portugal

Petrogal, S.A.